

Conselhos, críticas e opiniões de quem participou.

Diminuir a força do Executivo foi a principal preocupação política dos constituintes de 46, ainda traumatizados pela experiência ditatorial por que o País passara entre 1930 e 1945, com uma ligeira interrupção entre 1934 e 1937, fase do governo constitucional. O depoimento foi dado, ontem, pelo ministro Aluísio Alves, da administração, um dos constituintes de 46.

Ele explicou que a redução dos poderes do Executivo foi um dos maiores problemas enfrentados naquela ocasião, "porque os partidos majoritários, que eram o PSD e o PTB, tiveram de aceitar, negociando com a UDN, que era minoritária, essa posição política. Promulgada a Carta, no entanto, logo se desinteressaram de adaptá-la à legislação ordinária. Como era minoritária, a UDN não pôde fazer essa transformação na legislação ordinária, o que resultou em conflitos permanentes". Aluísio Alves pertenceu à UDN.

Conforme o ministro, a nova Carta era avançada política e socialmente, enquanto a legislação ordinária era reacionária e autoritária, herdada do Estado Novo. Como a adaptação não foi feita, acrescentou o ministro da Administração, aconteceram crises permanentes e, de episódio em episódio, entre eles o suicídio de Getúlio Vargas, o País acabou presenciando o golpe militar de 64.

Com base nessa experiência, o ministro Aluísio Alves adverte aos futuros constituintes que, imediatamente após a elaboração da nova Constituição, seja removido "o en-

tolho autoritário da legislação ordinária, ou então teremos conflitos permanentes e, conseqüentemente, estaremos sujeitos aos mesmos riscos do passado".

Ditadura

O senador Luís Viana Filho, da Bahia, que também foi constituinte de 46, relembrou que a maior preocupação dos integrantes daquela Assembléia era evitar o retorno "à ditadura", a qual considera "muito pior do que se afirma tenhamos tido depois de 64. Nessa fase não tivemos Tribunal de Segurança, enquanto no período Vargas, o advogado Sobral Pinto precisou pedir que Luís Carlos Prestes, preso, recebesse ao menos o tratamento dispensado aos animais".

Conforme Luís Viana, a Constituinte de 46 teve características próprias, pois, inicialmente, foi convocada por Getúlio Vargas, que numa lei admitida que a futura Assembléia "poderia reformar a Carta de 37. Posteriormente, quando o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, assumiu a Presidência, nova lei foi baixada dispondo que uma Constituinte seria eleita no dia 2 de dezembro de 45".

Lembrou ainda Luís Viana que, como não havia nenhum projeto para servir de base ao trabalho dos constituintes, depois da instalação da Assembléia, foi formada uma comissão especial, presidida por Nereu Ramos, que, durante 30 dias, preparou um texto para ser submetido aos constituintes. Nesse sentido, o senador pela Bahia acha positivo o trabalho desenvolvido pela Comissão Afonso Arinos, cujo resultado "não deverá ser ignorado pelos futuros constituintes".

Recordou ainda o senador Luís Viana que, na fase anterior à Constituinte de 46, era possível prever-se o perfil da futura Assembléia, pois ela se assentaria sobretudo no PSD e na UDN. "Já tínhamos uma idéia de como ela seria. Hoje, isso não é possível, o que somente vai

acontecer depois das eleições de 15 de novembro, pois atualmente o problema ideológico é muito mais vivo do que em 46."

Luís Viana considera ainda que a Carta de 46 teve influência benéfica na vida política do País, ponderando que a Comissão Afonso Arinos deveria comparar o seu trabalho com o texto antigo, "pois só não temos nada a aprender com a atual Constituição".

"A Constituição de 1946 foi bem avançada para sua época. Não durou mais porque os militares não estavam satisfeitos com a situação política, talvez desde 1945. Esperaram uma brecha e em 1964 fizeram o que estavam querendo." Assim o atual presidente do PDS e ex-presidente do PSD, senador Amaral Peixoto, se referiu ao aniversário da promulgação da Carta Magna de 1946, da qual foi signatário e que ontem completaria 40 anos, se ainda estivesse em vigência.

Segundo o veterano político fluminense "ela não era fraca. É certo que o dr. Getúlio não gostava dela, tanto assim que não a assinou. Era o temperamento dele. O Juscelino governou com ela. A convulsão, decorrente da renúncia do Jânio Quadros, é que provocou sua ruptura".

O líder do PDS, deputado Amaral Neto, afirmou: "Foi uma Constituição até avançada para sua época. No capítulo da garantia dos direitos individuais, foi quase perfeita. O problema não é da letra da lei, mas dos homens que vão executá-la". O deputado fluminense aproveitou a oportunidade para criticar o trabalho feito pela Comissão dos Notáveis, presidida pelo ex-senador Afonso Arinos: "É uma palhaçada o que a comissão fez. De que adianta inscrever na Constituição que as Forças Armadas estão proibidas de intervir no processo, se a primeira coisa que elas fazem, ao dar o golpe, é rasgar a lei?"

Silvia Castano